

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2022-05-06

Deposited version:

Publisher Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Capucha, L. (2016). Tauromaquia, cultura com sabor de festa. In Marluci Menezes, José Delgado Rodrigues, Dória Costa (Ed.), Congresso Ibero Americano: património, suas matérias e imatérias Livro de atas. Lisboa: LNEC.

Further information on publisher's website:

<http://patrima.lnec.pt/>

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Capucha, L. (2016). Tauromaquia, cultura com sabor de festa. In Marluci Menezes, José Delgado Rodrigues, Dória Costa (Ed.), Congresso Ibero Americano: património, suas matérias e imatérias Livro de atas. Lisboa: LNEC.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

Tauromaquia, Cultura com Sabor de Festa

Luís Capucha

Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL e Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, CIES-IUL, Portugal, luis.capucha@iscte.pt

Marco Gomes

Agrupamento de Escolas de Alter do Chão, Portugal, marcoalvesgomez@gmail.com

Resumo

Os jogos com toiros de raça brava, vulgarmente designados pelo nome genérico de “tauromaquia”, possuem uma presença incontornável na sociedade portuguesa. O facto de, como muitos outros objetos de cultura popular ou erudita, ser motivo de controvérsia, não retira, antes acrescenta interesse à análise do fenómeno. Partindo da avaliação da presença da tauromaquia no território de Portugal, o artigo elenca, de forma resumida mas sistemática, os elementos patrimoniais de ordem material segregados pelo fenómeno, para de seguida apresentar as diversas manifestações dos jogos taurinos, tanto populares como de carácter institucional, nas vertentes relacionais – quem as produz e como – e simbólicas – que significado lhes tem sido atribuído, quer pelos próprios participantes, quer por investigadores que as têm estudado. A perspetiva analítica adotada é a de tomar a tauromaquia como “festa”, no sentido antropológico do termo, no qual aliás os agentes envolvidos se reconhecem e com o qual (Festa Brava) se identificam.

Palavras-chave: toiro, tauromaquia, identidade cultural, festa

Introdução: Festas de Toiros em Portugal, uma visão panorâmica

A Tauromaquia tem uma presença ineludível nas práticas festivas em Portugal, podendo-se assumir que a sua presença é nacional, apesar das desiguais intensidades com que é vivida em diferentes regiões. Enquanto linguagem, tem uma presença igualmente relevante no universo simbólico e na identidade de numerosas comunidades, urbanas e rurais, do litoral, do interior e dos Açores, marcadas de forma profunda pela cultura tauromáquica que, de facto, faz parte da cultura do país, na sua diversidade (Capucha, 1999).

O toiro e a carga simbólica que o envolve vão porém mais longe e penetram a cultura portuguesa de forma transversal. Basta pensarmos na grande quantidade de termos que todos, aficionados e não aficionados aos toiros, usam no dia-a-dia. Palavras e expressões como “cornos”, “vaca”, “boi”, “bravo”, “pegar o toiro pelos cornos”, “forte como um toiro”, entre tantas outras, estão de facto enraizadas na nossa linguagem comum e no modo como ela transmite significados relevantes. Deixemos porém de parte esta questão, por falta de espaço, para nos concentrarmos nas práticas rituais que, acima de controvérsias sobre o seu valor, objetivamente integram essa componente do património cultural material e imaterial do nosso país.

A presença material da Festa de Toiros no nosso país pode tornar-se, para os mais distraídos, uma surpresa. De facto, em 2015, realizaram-se 231 espetáculos tauromáquicos regulados pelo Estado através do que determina o Regulamento dos Espetáculos Tauromáquicos, em 82 praças de toiros, localizadas de Norte (Baião e Ponte de Lima) a Sul (Albufeira e Santana da Serra) e de Leste (por exemplo, Barrancos e Nave de Haver) a Oeste (Nazaré, Caldas da Rainha ou Ferrel). A concentração é maior no Alentejo, no Ribatejo e na Área Metropolitana de Lisboa, na qual a Praça de toiros do Campo Pequeno se assume como epicentro do campo tauromáquico profissional. O número de espectadores aproximou-se dos 500 mil.¹

Muito maior, superando um milhão (no qual se incluem seguramente os anteriores aficionados ou a sua esmagadora maioria), é o número de pessoas que participam nas manifestações de tauromaquias populares, como “capeias raianas”, “touradas à corda”, “garraíadas”, “vacadas”, “pamplonas”, “esperas de toiros”, “encerros”, “largadas de toiros”, “variedades taurinas” (como as célebres touradas em Barrancos ou em Monsaraz), “chegas de bois”, “vaca das cordas”, “picarias”, “picarias à vara larga”, “festas camperas”, “jogos taurinos”, “concursos de pegas”, “concursos de cernelhas”, “Garraíadas”, “Touradas à Vara Larga”, “ferras”, “prática de toureio/demonstrações de toureio” ou “tentas públicas”.

Estes rituais realizam-se, pelo menos (muitos escapam aos registos, dada a sua extrema informalidade), em 87 concelhos do país, incluindo 4 na região autónoma dos Açores, e totalizaram um número de 1019 em 2015, distribuídos pela Região Norte (13), Região Centro (70), Oeste (56), Ribatejo (149), Grande Lisboa (42), Península de Setúbal (120), Alto Alentejo (90), Alentejo Central (142), Baixo Alentejo (64) e Açores (273). No corrente ano o número de espectadores das corridas de toiros televisionadas atingiu, em cada uma das duas transmissões realizadas até julho de 2015, um valor à volta dos 700 mil.

Naturalmente não podemos no espaço de que dispomos neste artigo penetrar em profundidade na análise dos significados que cada uma das referidas manifestações taurinas, nem tão pouco na respetiva raiz histórica, nalguns casos perdida no tempo. Pretendemos apenas registá-las e deixar pistas para a sua interpretação enquanto fenómenos carregados de sentido cultural e valor patrimonial, material e imaterial.

Património Material

O conjunto de práticas festivas envolvendo bovinos bravos com uma presença como a referida não pode deixar de produzir um património material considerável. ...

Património Imaterial: sistemas de relações sociais, dimensão simbólica e valores da cultura tauromáquica

Tauromaquias Populares em Portugal

As “capeias raianas” (Tavares, 1985) ocorrem durante o mês de agosto em várias aldeias – em número que, de resto, tem vindo a crescer – da zona raiana do Concelho de Sabugal e, normalmente uma vez por ano, na região de Lisboa, com organização da Casa do Sabugal. Estão registadas como Património Cultural Imaterial.

No dia da capeia, de manhã cedo, reúnem-se os cavaleiros da região para ir buscar, a solo espanhol, os cinco toiros que serão lidados numa praça improvisada no centro da aldeia, vedada com varas de madeira verticais, no topo das quais se localizam bancadas para os espectadores, e que com “burladeros” e outros refúgios constituem proteção e zona de escape para quem desafia o toiro. Estas estruturas substituem agora os antigos carros de bois que fechavam as saídas da praça. Improvisa-se também um curro num quintal de uma casa aí localizada. Em Aldeia da Ponte, e no Soito, localidades com Praças de Toiros fixas, é nestas que atualmente se realizam as capeias, incluindo um muito concorrido concurso entre aldeias chamado “Ao forcão, rapazes”.

Os toiros são conduzidos em manada “enroupada” pelos cabrestos até à aldeia em que se realiza a capeia, no dia da Festa local, de que é o momento culminante. Ao chegar perto da povoação, os cavaleiros incitam os toiros de modo a que galopem sem se tresmalharem. Muitas pessoas se posicionam ao longo do trajeto para ver passar o “encerro”, ao passo que muitas mais ocupam os lugares disponíveis nas bancadas e outros lugares de onde se pode assistir à função. Encerrados os toiros no curral, segue-se o “toiro da prova”. Trata-se de lidar um primeiro toiro dos que foram encerrados.

Os rapazes solteiros (e desde há alguns anos, também algumas raparigas) empunham o forcão e enfrentam o toiro. Não podem participar pessoas não nascidas ou sem ascendentes diretos na localidade em festa, a não ser que, ocasionalmente, na parte principal do ritual, à tarde, seja largado um toiro para “os de fora”. E se os solteiros não executarem convenientemente a lide, saltam os casados a “pegar ao forcão”. A terra não pode passar pela vergonha de um mau desempenho.

O forcão é um aparelho construído por varas em madeira pregadas e amarradas com cordas de um modo específico, de modo a formar um triângulo com um eixo com cerca de cinco metros desde a base até ao vértice posterior (o rabicho). A vara da base ultrapassa o ponto de inserção das varas que formam os lados em cerca de um metro e vinte para cada lado, tendo a respetiva vara cerca de sete metros e meio. As varas do eixo central, da base e dos lados têm cerca de 20 centímetros de diâmetro. A uni-las estão ainda outras varas mais finas que permitem aos moços pegarem no aparelho e dar-lhe consistência. Na base, junto ao ponto de inserção dos lados do forcão são colocadas varas mais curtas e mais finas, as galhas, doze em cada lado, que se projetam para a frente do triângulo e nas quais se procura que o toiro invista (Patana, 2013). Para isso o aparelho, segurado por cerca de 30 jovens que devem andar a “passo certo” (como na marcha militar), dando pequenos saltos com batidas simultâneas dos pés no chão, o que permite uma rotação rápida de todo o conjunto

segundo o impulso dado pelo “rabicheiro”, homem que comanda o forcão, orientando a base para o toiro, de tal modo que este não consiga contornar essa base e colher quem pega no aparelho. À galha, isto é, na zona que fica mais próxima do toiro, devem pegar os mordomos da festa.

O forcão é pousado quando o toiro, depois de várias investidas, abandona a luta e desiste de investir. A atuação dos moços é avaliada em função do modo como responderam às investidas e as aguentaram, sendo naturalmente mais valorizadas as atuações perante toiros mais bravos e combativos.

Pousado o forcão os moços procuram “agarrar” o toiro, “recortando-o” (passando-lhe pela frente e escapando à investida) de forma coordenada, até que algum o alcance de modo a que os outros possam acudir a imobilizar o toiro. Esta componente do ritual não é indispensável, embora seja valorizada.

A parte principal da capeia dá-se à tarde. Nessa altura são lidados quatro toiros, de modo semelhante ao descrito. Antes, porém, há um ritual a cumprir. Os moços e moças que irão protagonizar a lide juntam-se à porta de casa de um dos mordomos, de onde seguem para a do outro, até formarem um cortejo comandado pelos mordomos a cavalo, seguidos por duas fileiras de jovens que percorrem as ruas da aldeia em marcha de tipo militar, acompanhadas pelo som de um tambor que toca ao ritmo da “ordem unida”, empunhando alabastros e lanças simuladas e enfeitadas, como num desfile militar. Chegados à “praça” dão uma volta ao recinto e no fim os mordomos pedem autorização a uma pessoa de elevado prestígio social ou militar presente na assistência para dar início à capeia.

Quando esta termina os toiros são soltos do curral e devolvidos aos campos de onde vieram, no chamado “desencierro”. E todos se preparam para o arraial que durará a noite toda, oferecendo ocasião para se comentar entre vizinhos as peripécias e a qualidade da capeia, comparando-a com a de outros anos e com as de aldeias vizinhas.

Existe nesta “tauromaquia” raiana um princípio de competição entre aldeias, cuja explicação se encontra enraizada na história comum de aldeias de fronteira.

O princípio de competição também existe nas “touradas à corda” dos Açores, neste caso não apenas entre aldeias e vilas, mas também entre ruas e até mesmo pessoas. E são outros os fundamentos. Na forma, trata-se de avaliar, aqui também, que Comissão de Festas de que localidade, que vizinhos de que rua ou que personalidade – por exemplo, um emigrante bem sucedido – dá a melhor “corda”. Numa comunidade marcada pela ideologia igualitarista comum entre os camponeses, a valorização diferenciada de cada tourada, estabelecendo uma hierarquia implícita entre os promotores, constitui um mecanismo de compensação simbólica da realidade da vida, que contradiz essa ideologia igualitária. Por isso, se uma rua ou uma pessoa entende que a tourada organizada pela Comissão de Festas não teve o brilho desejado (o que implica sempre controvérsia e disputas), pode oferecer uma outra “corda”, restituindo à terra – com isso honrando-se, e nalguns casos legitimando a riqueza possuída – o orgulho ferido.

Estando hoje disseminada por várias ilhas, foi na Terceira (Merelim, 1986) que a tourada à corda Açoriana nasceu e é lá que tem maior expressão. Em certos anos chegam a realizar-se perto de três centenas entre maio e outubro. O ritual começa pela manhã. Os habitantes– do local em festa, com familiares emigrantes e amigos, dirigem-se ao “mato”, local no interior da ilha que permanece em estado quase selvagem e onde pastam os toiros bravos. Vão para assistir à recolha e enjaulamento dos toiros, quatro em cada “corda”. O ganadero oferece uma ou duas bezerras, que solta na praça de tentas da ganadaria, para diversão das pessoas. Depois almoçam e convivem até chegar a hora, ao princípio da tarde, das jaulas (ou “gaiolas”, como lá

lhes chamam) com os toiros se deslocarem para o local da tourada. Toda a gente enfeita os veículos em que se deslocaram com hortências e acompanha os animais em cortejo.

O local da tourada é na rua. Nela são pintados dois riscos no chão (as raias) separados cinco metros, um par em cada extremo e outros nalgumas das transversais. Os extremos distam um do outro cerca de um quilómetro. Os quatro toiros são soltos das jaulas, um de cada vez, para uma “lide” cujo tempo máximo está regulado e pouco excede, geralmente, os 20 minutos. Um toiro corrido só pode voltar a sê-lo passado um determinado número de semanas, de modo a salvar o seu poder e integridade. É que os toiros, em função do seu comportamento, são objeto de uma valorização específica, e até de uma identificação própria, sendo conhecidos pelo nome próprio. Essa valorização traduz-se num preço determinado, sendo mais elevado o dos toiros com mais provas dadas. São esses os mais procurados, porque se consideram mais bravos. Por isso podem fazer várias dezenas de cordas ao longo da sua vida, tornando-se verdadeiras celebridades, cuja morte dá direito a notícia grande e remissão para a capa dos jornais local.

Os toiros saem à rua, após o aviso de um foguete, embolados por “embolas” de couro ou de metal, presos por uma corda comprida e resistente atada ao pescoço, que é manejada pelos “pastores”, oito homens da confiança do ganadero, trajados a rigor. A sua missão explícita é impedir que os toiros ultrapassem as raias pintadas nos extremos da rua, já que todos os estragos causados pelo animal para lá das raias são custeados pelo ganadero. Implicitamente têm também a função de controlar o animal quando colhe alguém ou destrói a proteção de alguma casa ou quintal, ou, pelo contrário, dar-lhe maior liberdade quando persegue um “americano” da Base das Lages ou um “capinha” adepto de um outro ganadero.

Os capinhas são jovens particularmente aptos para “brincar” com os toiros, burlando-os com guarda-chuvas ou com mantas da TAP, ou então recortando-os, isto é, passando em linhas curva bastante cerrada junto à cabeça do animal, de modo a fazê-lo investir sem contudo colher o “recortador”. Naturalmente, e embora muita gente ocupe as ruas à espera de uma fuga mais ou menos desordenada quando o toiro investe na direção da multidão, são os “capinhas” que mais fazem sobressair as qualidades e defeitos – basicamente, maior ou menor bravura – dos toiros, ajudando à sua valorização.

Acontece que, como toda a gente na ilha, cada um é adepto ferrenho de uma das oito ganadarias existentes na Terceira. Assim, os “capinhas” tentarão sempre destapar as qualidades dos toiros se eles pertencem à sua ganadaria de eleição, ou mostrar eventuais defeitos no caso contrário. Manobrando a corda os “pastores” procurarão ajudar os primeiros, mas nunca os segundos.

Como dissemos acima, alguns dos habitantes de uma localidade podem não ser adeptos da ganadaria escolhida pela Comissão de Festas, caso em que tentarão oferecer uma corda com toiros da sua predileção. É este sistema competitivo que permite neutralizar as tensões resultantes de assimetrias e rivalidades sociais.

Mas a “tourada à corda” é muito mais do que isso. É o que o antropólogo e sociólogo francês Marcel Mauss chamou “fenómeno social total”, isto é, a festa em que todos os elementos essenciais das estruturas sociais da comunidade terceirense são postos em evidência. É nas cordas que as pessoas se encontram, fazem negócios, iniciam namoros e recebem os amigos – bem como forasteiros, dados a bem receber como são os divertidos e simpáticos terceirenses – para que comam e bebam em suas casas, o chamado “quinto toiro”, porque a Festa é para celebrar a vida em comunhão.

Sendo muito comuns os rituais taurinos de rua, ou populares, com toiros presos a uma corda que controla os seus movimentos, em Espanha e França (Miranda, 1998;

Saumade, 1998; Maudet, 2010), existe um outro caso notável em Portugal. Trata-se da “Vaca das Cordas” em Ponte de Lima.

A vaca das cordas é um toiro de raça brava, escolhido pela imponência e equilíbrio das formas (“trapio”). Na véspera do dia de Corpo de Deus, o animal sai de um curral situado perto de um dos termos da Vila, preso por três cordas controladas por grande número de homens. É encaminhado até à velha Igreja Matriz, onde é amarrado às grades de uma das janelas do frontispício. Aí é regado com vinho tinto (ritual frequente desde a antiguidade, quando os toiros revestiram a forma de divindades várias) (Conrad, 1959) e uma das cordas é cortada.

Depois o toiro é solto das grades das janelas e, conduzido com as duas cordas restantes, dá três voltas em redor da Igreja, após o que é dirigido para o fontanário central da localidade e para o areal do rio Lima, correrias desordenadas, tropeções e várias colhidas dos mais distraídos. Desde o início ao fim, quando o toiro é devolvido ao curral donde partiu – não há muito tempo era morto e servido como bodo festivo aos pobres – sempre conduzido à corda. Em poucos lugares no mundo se pode ver tanta gente em volta de um toiro nas ruas, na ponte, a outra margem e nos areais de Ponte de Lima.

A “Vaca das Cordas” realiza-se véspera do dia do Corpo de Deus, corresponde à parte profana das festas e tem associada uma mitologia própria. Segundo a versão oficial, difundida na comunicação social local e nos folhetos de divulgação, esta Festa teria começado há muitos séculos como uma obrigação da confraria dos padeiros, consistente em oferecer a vaca ao povo, em pagamento por uma vitória cristã contra uma vaca pagã que os mouros teriam introduzido na Igreja Matriz. Mas é voz corrente, entre as pessoas, que quem se tinha barricado no templo cristão tinha sido um grupo de guerreiros mouros, não se tendo encontrado outra solução para os expulsar se não introduzir uma vaca brava na Igreja. Símbolo demoníaco, segundo uma versão, ou heroína redentora, na outra mais popular, a verdade é que a vaca virou Toiro, cresceu, e todos os anos leva a Ponte de Lima uma impressionante multidão de aficionados e curiosos desejosos de se divertir com o frenesim que apenas o medo provocado por um toiro pode gerar.

Em geral, quando os toiros estão na rua respira-se um ambiente diferente, que se pode observar. Como se a simbiose de medo, respeito e admiração pelo animal tivesse a capacidade de juntar as pessoas, em celebração comunitária da vida, com intensidade e inebriante alegria. Que o digam os habitantes – e os milhares de visitantes – das vilas e cidades ribeirinhas do Tejo, como Vila Franca de Xira, Moita do Ribatejo, Alcochete, Santarém, Montijo, Samora Correia, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Coruche e Chamusca, entre outras, onde se realizam esperas de toiros.

Numa descrição formal, uma espera de toiros é um ritual em que as pessoas de uma localidade esperam para ver passar nas ruas uma manada de toiros e cabrestos, conduzidos por campinos e lavradores a cavalo, até uma praça de toiros ou outro local onde são encerrados. A multidão que espera, uns protegidos por tranqueiras que os separam dos animais, outros aproximando-se deles tanto quanto possível de modo a sentir-lhes a proximidade, participa com incitamentos entusiásticos. Depois da espera, em muitos dos locais referidos, realiza-se a “largada de toiros”, que faz parte do conjunto ritual. Os toiros são largados, um a um, para zonas previamente definidas nas ruas vedadas com tranqueiras.

Na verdade numa espera seguida de largada de toiros não se pode ficar só a assistir. A alegria é contagiante e o espírito festivo inebriante, tanto mais quanto mais se beberica vinho ou cerveja com os amigos que, de todas as partes do mundo, regressam religiosamente todos os anos às origens para fazer renascer o sentido da comunidade que une os que ficaram aos que partiram. E onde se ousa pisar terrenos de risco controlado pela prudente distância em relação ao animal que toma conta do

espaço que antes era a rua da vila ou cidade. Provando o sabor do medo, que anda junto com o riso e a alegria.

São dezenas de milhares, em cada local, as pessoas que se colocam nas tranqueiras, em segurança, enquanto centenas que estão dentro fogem em direção às mesma ou a um outro refúgio quando o toiro investe na sua direção. Mas alguns dos presentes são figuras populares das largadas, “brincam” com os toiros recortando-os ou lanceando panos ou pedaços de cartão que servem de improvisadas muletas ou capotes (Capucha, 1990).

Ao fim de um determinado tempo na rua, os campinos recolhem os toiros auxiliados pelos seus jogos de cabrestos, voltando as pessoas a vibrar com a manada em tropel.

Como se percebe, trata-se de um fenómeno urbano, que acontece quando o campo, representado pelos toiros, pelos cabrestos, pelos campinos e pelos cavalos, invade a cidade, suspendendo e invertendo as suas regras e estruturas regulares, recreando uma espécie de caos festivo, à semelhança do que acontece com o carnaval. O espaço público urbano é tomado pela imprevisibilidade das investidas dos toiros e pela multidão comportando-se como uma turba humana em estado de euforia. Como todas as situações de desordem social – neste caso codificada pela ética da festa - não deixam as esperas de ter alguma ordem, nomeadamente quando se trata da entreajuda solidária entre as pessoas face ao perigo que o toiro representa e à ação dos mais destacados aficionados, os jovens peritos em recortar e “brincar” com os toiros.

O tempo das esperas e das largadas é, então, o tempo de transgressão e de suspensão das regras do dia-a-dia. Os sinais de trânsito que normalmente dão ordens, são apontados ao toiro como alvo a abater. As ruas onde cada carro circula ordenadamente pela sua mão, tornam-se local de presença desordenada, cada qual em tropelia procurando o caminho da sua proteção. Em vez do “bom dia”, “com licença” nos passeios, soa o grito “eles aí vêm!” quando estalam os foguetes. No espaço normalmente ordenado e racional, embora mais ou menos buliçoso, da rua, instaura-se o espaço mais ou menos caótico da desordem festiva e das suas regras emotivas. Se no quotidiano cada um que ali passa, passa transportando um estatuto social e económico próprio, prosseguindo os seus interesses pessoais, quem lá está nas esperas, está em comunhão e solidariedade com os seus pares, todos iguais. É assim que o toiro a todos arruma na mesma condição de humanos iguais na sua condição natural, trazendo a comunidade de volta à “origem” mítica da igualdade genesiaca e natural, que o dia-a-dia da sociedade desmente ao instituir sistemas de papéis diversificados e desigualdades sociais de vários tipos.

Em muitas outras localidades do Ribatejo e do Alentejo os festejos resumem-se à parte correspondente à largada, que nalguns locais, como no distrito de Portalegre, se designa “tourada à vara larga”. Em recintos vedados com tranqueiras e outros meios, são soltos, um a um, toiros embolados ou vacas que acometem contra as pessoas que arriscam pisar o interior do recinto, para logo escapar a resguardar-se perante a aproximação no animal. Apenas os jovens mais preparados ensaiam recortes e esboçam passes de toureio, perante o aplauso da multidão dos que assistem, habitantes das localidades em que a festa se realiza e muitos visitantes.

A “picaria à vara larga” tem ainda uma outra forma, hoje pouco praticada, na zona de Vale de Estrela, aquela por onde passava a maioria dos exércitos invasores do país que entravam pela zona dos concelhos de Almeida (onde ainda hoje se correm vacas no dia do “alardo” em Nave-de-Haver) e do Sabugal. Nestas picarias, os toiros são lançados no largo das aldeias – hoje quase desertas e envelhecidas – escondendo-se os “picadores” atrás de esconderijos de onde saem em muito pequenas incursões para os picar com longas varas, regressando rapidamente ao esconderijo, como se tivessem estado emboscados para depois alancear um cavaleiro invasor. À medida

que o toiro vai sendo “derrotado”, desistindo da luta, crescem os cites e encurtam-se terrenos, pois ver correr o toiro e a fuga perante a investida é hoje, sem cavaleiros invasores no horizonte, uma festa intensa e divertida.

É muito frequente, ocorrendo com frequência nas aldeias do Ribatejo, do Oeste, da Área Metropolitana de Lisboa e, principalmente, de todo o Alentejo (para além de alguns outros casos isolados), que se soltem vacas em vez de toiros nos recintos taurinos construídos nas vilas e aldeias. Esse ritual assume nomes variados, como “garraçadas”, “vacadas” e “pamplonas”. Uma vez largada a vaca, tal como nas largadas de toiros, o ritual consiste em desafia-la, fazê-la correr e fugir a procurar refúgio nas tronqueiras, de preferência a uma distância tal que incite o animal a “derrotar” nelas. Claro que também neste caso emergem os jovens mais preparados e aficionados, que recortam e burlam a vaca, para aplauso da assistência. Mas o elemento essencial consiste na “pega” do animal de caras. Um jovem adianta-se, cita o animal e reúne com ele recebendo-o no peito com mais ou menos perícia. Se se agarra, é imediatamente ajudado por outros que imobilizam o animal. Este pode ser pegado várias vezes, sendo o número de pegas, bem como o grau de dificuldade que apresentam, critérios para avaliar a qualidade do animal. Ao ponto de alguns locais se oferecer dinheiro aos, afixando as notas nas canas de foguetes e variando o montante em função de um entendimento implícito entre quem oferece o dinheiro e quem tenta a pega acerca do grau de dificuldade da mesma. No fim da vacada o dinheiro é gasto com amigos no arraial. Onde este hábito de pagar a pega não existe, fica o folguedo no arraial e a admiração do povo, em particular das raparigas, como recompensa para os rapazes.

Em Monsaraz, Barrancos e muitas outras localidades da margem esquerda do Guadiana (cujos nomes omitimos de modo a evitar a sanha persecutória e proibicionista dos anti-taurinos), bem como, até recentemente, no Penedo, aldeia localizada na Serra de Sintra (Morais, 1994/1995), as festas também incluem pelo menos uma vacada. Mas o que as distingue é o facto de nelas se praticar o sacrifício taurino (Capucha, 1994/1995). Esse sacrifício tem a sua génese em bodos aos pobres a que estavam obrigados os “homens bons” das terras, normalmente, por altura do Espírito Santo e noutras datas com significado religioso. Nesse sentido, como escreveu Pedro Romero de Solís (1995), a carne de toiro é uma carne divina. Num contexto em que aos pobres estava vedado comer carne de bovino, por carência de meios, a interdição era e é suspensa no dia da festa. Esta é, no fundo, outra forma de neutralizar o efeito diluidor dos laços comunitários que as desigualdades sociais geram, refazendo assim o sentido de coletivo humano das comunidades celebrantes do sacrifício.

O facto de se sacrificarem toiros bravos, e não de gado manso, liga-se à crença “quase mágica” acerca dos atributos genesíacos e de virilidade dos toiros bravos e da sua carne (Capucha, 2002).

Na maioria dos locais onde estes sacrifícios se realizam, o toiro é largado num recinto fechado – em Monsaraz é na praça de toiros existente no Castelo – onde, depois de corrido como numa largada, é preso por uma corda que o submete e permite a morte através de um processo semelhante ao utilizado nos matadores até há muito pouco tempo: um “pontilheiro” com perícia secciona a espinal medula do animal, junto à nuca, matando-o instantaneamente. Morto o animal as pessoas rodeiam-no e tocam-no, levando as crianças a fazer o mesmo, como num agradecimento pela festa que proporcionou e pela refeição ritualizada que irá permitir. Um magarefe que previamente adquiriu a carne, ou agindo sob encomenda da Comissão de Festas, prepara a carcaça para que a carne seja vendida (já não é oferecida como teria sido em tempos de maior penúria coletiva). Numa rua ou largo da aldeia é acesa uma fogueira onde na própria noite se juntam as famílias e os amigos para assar e provar a

carne adquirida, em muitos casos no único dia do ano em que se ingere carne de bovino.

Em Barrancos já não se acende a fogueira senão no Natal. Mas a carne dos toiros mortos nas festas em honra de Nossa Senhora da Conceição são cozinhados em todas as casas – privadas e restaurantes – segundo a popular receita de “carne de toiro com tomate”. Esta está porém longe de ser a única diferença em relação aos casos que temos vindo a referir.

Em primeiro lugar, o ritual tauricida decorre durante três dias, a 29, 30 e 31 de agosto, depois da procissão no dia 28, que marca o início de uma “fêra” (feira) frenética, intensa, disruptiva, no sentido em que cria um período de exceção na vida da vila, bem exemplificado pelo facto de os pais se despedirem da família até ao fim da festa. Nos dias 29 e 30 de manhã são largados num dos extremos da vila dois toiros em cada dia e um de cada vez. O encerro nas jaulas colocadas no Largo principal, frente à Igreja, decorre com cada toiro percorrendo uma rua íngreme até irromper no recinto vedado com os “tabuados”, onde estão localizados dois pequenos curros, semelhantes às jaulas de transporte, mas neste caso fixos. Segundo uma técnica específica cada um dos toiros é amarrado com uma corda e fechado num dos dois curros.

Os tabuados, totalmente construídos em madeira e com uma estrutura e um método de construção únicos no mundo, foram montados dias antes pela Câmara Municipal. Suportados por pilares unidos por barrotes transversais que servem de tranqueiras, são encimados por bancadas cuja ocupação, à exceção de uma zona reservada a convidados e à banda de música, é paga. Quem fica por baixo delas, espreitando entre as tranqueiras ou arriscando colocar-se dentro do recinto escapando apenas quando o toiro se acerca, participa gratuitamente. Noutros tempos, os tabuados eram mandados construir pelos lavradores, que nas bancadas colocavam os seus convidados e os familiares dos assalariados permanentes das suas herdades. Como em muitas outras coisas, também neste aspeto o poder autárquico substitui agora antigo poder do latifúndio.

Depois de encerrados os toiros é tempo de almoçar e descansar, porque as noites são de festa carregada.

A meio da tarde todos se dirigem para o largo, para a tourada. Esta inicia-se, como nas corridas formais em Espanha, com o passeio dos toureiros em apresentação ao público, precedidos pelos membros da Comissão de Festas que os contratou, do mesmo modo que tratou e trata de todos os aspetos da organização da “fêra”. O cornetim toca para a saída do primeiro toiro (tecnicamente falando, trata-se de um novilho adquirido a uma ganadaria de prestígio), que é lidado de capote, depois bandarilhado e toureado de muleta pelo primeiro dos dois matadores de toiros contratados e respetiva quadrilha de bandarilheiros. No fim da faena é sua função matar o toiro a estoque (a espada de matar toiros). O agrado ou desagrado do público resulta do nível do desempenho, destacando-se claramente a eficácia no uso da espada, podendo dar origem à concessão de uma orelha, duas orelhas ou estas duas e rabo, sempre a pedido do público e por decisão do “diretor de corrida” (um aficionado de prestígio que a Comissão de Festas convida para a função). Um mau desempenho dá origem a fortes broncas, chegando-se por vezes perto da agressão ao toureiro infeliz ou incompetente na sua atuação.

O mesmo se passa com o segundo toiro e no dia seguinte com outros dois toiros. No terceiro dia, a 31 de agosto, para além de um novilho corrido de modo semelhante aos primeiros quatro dos dias anteriores, corre-se também uma vaca. Mas esta não é lidada por um profissional, mas sim pelos aficionados, em particular os jovens, que a recortam, citam e pegam de caras. Na sequência de uma dessas pegas a vaca é introduzida na “sociedade dos ricos”, uma coletividade situada num dos cantos da praça, na diagonal de uma outra designada “sociedade dos rapazes”. Após as

peripécias provocadas pelo animal nas instalações da associação, volta à praça para ser de novo pegada e morta com um golpe de “chopa”.

Esta festa decorreu de forma clandestina desde a proibição dos toiros de morte em Portugal pelo regime fascista, sendo porém tolerada pelas autoridades que “fechavam os olhos” ao que se passava, de modo que nenhum autarca, agente policial ou outra pessoa alguma vez testemunhara a morte dos toiros, por se ausentarem no momento da estocada, de modo a não poderem depor em Tribunal anualmente convocado para averiguações. Até que em 1999, por ação de uma associação animalista a que deu seguimento um Juiz de um Tribunal do Porto, foi emitida uma providência cautelar no sentido de impedir a realização das touradas. Essa proibição seria recebida como um golpe fatal no “orgulho” e na identidade barranquenha, pelo que todo o povo, unanimemente (mesmo os que não gostam da festa viram o ataque como um abuso intolerável), decidiu desobedecer e lutar determinadamente pelo seu direito. Durante vários anos o “caso de Barrancos” ocupou o palco mediático principal do país, levando à generalização do debate em torno dos direitos culturais, entre muitos outros tópicos que esta festa, como “fenómeno social total”, envolve. Até que uma iniciativa do Presidente da República gerou a alteração da lei, deixando a morte do toiro nas arenas de ser proibida em Portugal, desde que corresponda a uma tradição ininterrupta com mais de 50 anos. Em contrapartida, a mesma lei proibiu a “sorte de varas” que, por essa altura, era praticada com alguma frequência nas Praças de toiros de Vila Franca de Xira, Moita do Ribatejo e Angra do Heroísmo. E assim prossegue Barrancos, ano após ano, a celebrar efusiva e entusiasticamente o seu título de única localidade portuguesa onde os toiros são mortos a estoque, na arena.

A este conjunto alargado de “tauromaquias populares” ou “de rua” poderíamos ainda acrescentar outras manifestações taurológicas que, porém, não são propriamente tauromaquias, na medida em que não assentam na luta direta entre os homens e o animal real. É o caso da “vaca de fogo” e das “Chegas de Bois” das terras de Barroso. Por falta de espaço limitamo-nos a apontar a sua existência.

Entre as mais típicas tauromaquias populares e as corridas de toiros formais registam-se ainda uma grande diversidade de atividades tauromáquicas que, de certo modo, se localizam a meio caminho entre as formas dos dois modelos, como as “picarias” do Ribatejo, as “festas camperas” organizadas por grupos de tertulianos aficionados, os “concursos de pegas” e os “concursos de cernelhas”, as “ferras” e as “tentas públicas”, as “demonstrações de toureio” por “aficionados práticos”, e as aulas práticas das escolas de toureio, que no seu conjunto ajudam a engrossar em volume a participação popular em rituais taurinos e em densificar a adesão emotiva à festa de toiros e aos seus valores.

Corridas de Toiros Institucionais em Praça

As corridas formais realizadas em praças de toiros e reguladas, atualmente, pelo Decreto Lei nº89/2014 de 11 de junho, representam, em primeiro lugar, o processo mais geral de controlo por parte do Estado das culturas populares, com duas vertentes principais: a monopolização do uso legítimo da violência e a domesticação dessas culturas como parte dos mecanismos de dominação cultural (daí as perseguições à festa de toiros, que resistem a submeter-se aos padrões da cultura de massas e das indústrias culturais dominantes). Em segundo lugar, representam também um processo mais vasto de controlo dos comportamentos instintivos e das emoções através dos jogos e da diversão na forma de espetáculos altamente codificados, fenómeno que o sociólogo Norbert Elias (1988) chamou “civilização dos costumes”, associada à transição das sociedades tradicionais para as sociedades modernas e à

correspondente centralização do poder do Estado e extensão da sua ação a todos os setores da sociedade.

De facto, as tauromaquias, chamemos-lhes assim, institucionais (numa linguagem mais taurina, as corridas de toiros), foram uma invenção da modernidade. Joaquin Gil Calvo (1989) diz mesmo que elas foram o modo que a sociedade espanhola encontrou para disseminar os valores modernos do individualismo e da meritocracia entre uma população iletrada, que não os poderia incorporar lendo os filósofos, como fizeram por exemplo os franceses.

A forma atual das corridas de toiros a pé nasceu na Andaluzia, de onde irradiou para todo o mundo, em meados do Século XVIII. Mais ou menos na mesma altura em que a “revolução” na arte de lidar toiros se dava em Espanha, em meados do século XVIII, em Portugal operava-se igualmente uma mudança radical, com a emergência do toureio a cavalo moderno. Os protagonistas foram outros. Uma certa aristocracia mais ou menos falida, ou pelo menos em declínio face à ascensão da burguesia comercial e industrial, encontrou nas suas capacidades de equitação e lide de toiros uma via de recuperar prestígio e dinheiro. Profissionalizou-se no toureio equestre, abandonando assim o ideal tipicamente aristocrático do amadorismo. O mais ilustre representante desta estratégia, o Marquês de Marialva, foi também o principal promotor da fixação de um conjunto de regras do toureio a cavalo, que passou a ser conhecido por “arte de Marialva” (como o toureio pé por “arte de Montes”) equivalentes às tauromaquias de Pepe-Hillo e de Francisco Montes (Capucha, 1999).

Talvez esta permanência dos cavaleiros no topo dos elencos de artistas tauromáquicos em Portugal, que em grande medida se mantém até hoje, explique porque nunca vingaram no nosso país, ao contrário de Espanha, as ténues tentativas de proibição da tauromaquia, tanto mais quanto os altos dignitários da aristocracia, incluindo reis e príncipes, continuaram por algum tempo a dividir o palco com as novas gerações de cavaleiros profissionais.

A aristocracia latifundiária manteve-se no novo mundo dos espetáculos taurinos ainda por uma outra via, a da criação de toiros bravos, representantes da “casta” e “nobreza” dos seus donos, ao mesmo tempo que ascendiam a condição social semelhante a classe dos grandes lavradores, uma nova burguesia rural ascendente (de que por exemplo a ganadaria Palha, e depois algumas outras, seria um dos principais exemplos).

O ideal de amadorismo foi transferido, já em pleno século XX, da cavalaria para os forcados. A origem destes importantes protagonistas da tauromaquia portuguesa é objeto de alguma controversa. Se para os matadores de toiros a influência de Espanha e, mais tarde, do México, levou a que alguns bandarilheiros (os “capinhas” que atuavam coadjuvando a lide dos cavaleiros desde a idade média), os forcados nasceram e ganharam expressão no espetáculo tauromáquico apenas em Portugal.

Alguns autores vêm nas lides de campo, que implicam agarrar e imobilizar os bovinos, o passaporte que conduziu os forcados às arenas, dada a destreza, coragem e aptidões físicas que alardeavam. A maioria dos autores aponta, porém, para outra origem. Referem os “Monteiros das Chocas” que, nas festas taurinas a que assistiam membros da casa real ou outros nobres, guardavam os palanques em que se instalavam os senhores, formando uma “casa da guarda” que impedia os toiros de irromper nos locais em que se sentavam. Para o fazer utilizavam varas de madeira culminadas com uma forquilha de duas pontas em metal, que se chamava “forcado”.

Os “Monteiros das Chocas” (que pelo nome também deveriam lidar com as vacas e o gado manso utilizado para recolher os toiros aos currais depois de lidados) tinham origem popular e atuavam como profissionais. Mesmo depois do desaparecimento das “touradas reais” que se realizavam (cá como em Espanha) sempre que algum

acontecimento merecia ser comemorado na Corte (um nascimento, um casamento, uma grande conquista ou vitória) com a oferta de corridas de toiros ao povo, e das outras touradas organizadas por casas nobres pelas mesmas razões, o trabalho dos forcados continuou a ser fortemente apreciado. E nas corridas que entretanto se tornaram espetáculos organizados por profissionais em que atuavam cavaleiros, “capinhas” (que para além do capote exibiam muitas outras sortes, como as bandarilhas ou o “salto de garrocha”) e matadores de toiros espanhóis ou sul-americanos, eram anunciados grupos de forcados profissionais organizados por cabos (como José Russo, Edmundo de Oliveira, Joaquim Pimenta, Joaquim Inácio, José Burriga, Zé da Vila e tantos outros) que escolhiam os sete homens que os deviam acompanhar nas pegas. Eram homens de origem popular, muitos deles estivadores em Vila Franca, Alhandra, Alcochete, ou trabalhadores rurais ribatejanos, que não se podiam dar ao luxo de arriscar uma lesão que os impedisse de ganhar o pão diário para a família. Tinham, pois, de cobrar pelas suas atuações.

No princípio do século XX começaram a exibir-se como forcados grupos de jovens de extração mais favorecida, filhos de grandes agricultores e estudantes nas escolas agrícolas, que assumiram o ideal nobre do amadorismo. O primeiro grupo de forcados amadores com estrutura e continuidade foi o de Santarém, mas rapidamente outros apareceram em locais como Montemor-o-Novo, Lisboa, Évora e um pouco por todo o Ribatejo e Alentejo, até que nos dias de hoje os forcados constituem uma verdadeira cultura juvenil transversal em relação a todas as classes sociais, presente em mais de 50 grupos de forcados amadores. Desde o princípio a ação dos forcados amadores se destacou e fez desaparecer os forcados profissionais.

A evolução da composição social foi também marcada pela evolução da técnica, valorizando-se cada vez mais a “arte” e a destreza física a pegar toiros, em desfavor da mera força muscular.

Hoje em dia apenas se praticam dois tipos de pega, tendo desaparecido “sortes” como a “casa da guarda”. A de cernelha, considerada de recurso, utiliza-se quando por características comportamentais ou morfológicas (nomeadamente a configuração da córnea) a pega de caras é impossível. Por vezes também se utiliza quando as tentativas de pegar de caras falha. Nessa modalidade o toiro é pegado por dois forcados, o cernelheiro e o rabejador. Os cabrestos são lançados à praça e os campinos tentam que o toiro “encabreste” ou “arroupe”, isto é, que se junte aos mansos. Os forcados devem aproveitar um momento em que possam entrar pelo grupo de mansos sem ser vistos pelo toiro, de modo a que um consiga pegar-lhe pela cernelha, situando-se no lado esquerdo, abraçando-o e agarrando-o na pele. O rabejador procura aguentar o toiro e mantê-lo com a cara virada para o lado onde se encontra o cernelheiro, de modo facilitar a sua ação enquanto o toiro se move tentando livrar-se dos forcados. A pega é consumado quando o toiro, cansado, se imobiliza.

Na pega de caras, a mais “regular”, um grupo de oito forcados salta à praça, todos eles escolhidos pelo cabo em função da especialidade de cada um e da convergência entre as suas características e as que o toiro foi revelando ao longo da lide a cavalo. O forcado da cara tem a maior responsabilidade, porque é ele quem toureia o toiro, citando-o, mandando na investida a partir do local onde foi colocado pelos “peões de brega” no local determinado pelo forcado, recuando de modo a “templar” a investida e a determinar o momento da reunião, na qual se cola à cara do toiro, pegando-o à córnea ou à barbela, conforme a sua especialidade. O primeiro ajuda coloca-se a alguma distância, de modo a reforçar a espetacularidade da pega, e sofre o primeiro impacto carregando sobre a cabeça do toiro e procurando ajudar o forcado da cara a colocar-se bem nela, corrigindo eventualmente alguma posição mais “descomposta” resultante dos primeiros “derrotes” na fase inicial da viagem. Mais atrás, os “segundos ajudas” recebem o toiro tentando controlar cada um dos cornos do toiro. O rabejador,

colocado inicialmente atrás deles, corre a agarrar-se ao rabo, procurando conduzir o sentido da investida e evitar o encontro com a trincheira. Por fim entram os três “terceiras ajudas”, que completam o processo de sujeição do toiro, que se considera pegado quando fica imobilizado. A pega é, assim, um ato coletivo, uma obra do grupo, embora algumas das funções, principalmente a do forçado da cara, se destaquem do conjunto. Se a primeira tentativa de pega não resulta segue-se uma outra e, se ainda assim o toiro fica por pegar, ensaiam-se mais tentativas, dando cada vez menos vantagens ao toiro, até porque este vai aprendendo a defender-se. Se a pega não for consumada, diz-se que o toiro vai vivo ao curral. O que é muito raro. Pode-se dizer que a pega é hoje, provavelmente, a arte da lide de toiros a cavalo, mais apreciada pelos aficionados.

Não apenas a composição social dos forçados e os significados, mas também a técnica da pega tem evoluído, principalmente devido à própria evolução do toiro. A evolução técnica do toureio a pé e a cavalo também resulta desse fator, mas talvez ainda mais das relações de hierarquização dos artísticas dos profissionais em função das suas capacidades e desempenho artístico.

Durante o século XIX eram bem conhecidos em Portugal os feitos das primeiras gerações de matadores de toiros Espanhóis e Sul-americanos e o modo como moldaram um espetáculo novo, baseado num crescente conhecimento do toiro e dos seus terrenos e de um jogo com regras geométricas que permitia a esquivas às investidas dos cornúpetos com elegância e destreza. Estavam também já bem estabelecidos os três tercios das corridas, a “sorte de varas”, que permitia avaliar a bravura dos toiros pelo número de cavalos que matavam, a sorte de bandarilhas, e a sorte de matar, preparada pelo necessários, e não mais que os necessários, passes de muleta para preparar o toiro para a morte.

A técnica do toureio teve uma evolução muito rápida, com períodos de inovação e outros de revolução. As mudanças têm sido em três dimensões: (i) o toureio tem-se tornado cada vez mais marcado pela emoção estética, que muitos aficionados e analistas exaltam dada a plástica que apresenta num bailado místico entre a beleza e à morte o toureio, (ii) o toureiro tem-se aproximado cada vez mais dos terrenos do toiro e (iii) a estrutura organizativa é cada vez mais empresarial.

As figuras do toureio, os “diestros” mais apreciados pelo público, foram sendo capazes de depurar cada vez mais a sua arte, buscando formas mais elegantes de executar as sortes e estar diante dos toiros, de modo a que o ofício vencesse o medo trágico do encontro violento entre homens e toiros. Para isso também concorreu muito a criação do toiro bravo, num processo que representa uma lenta, mas contínua, dominação dos toureiros de origem popular sobre os ganaderos de origem aristocrática e latifundiária. Estes cada vez menos criam toiros “para si” (representantes da sua casta, raça e bravura) e cada vez mais buscam toiros que permitam o triunfo dos toureiros.

Cada passo neste processo corresponde a um momento de domínio do campo profissional por um ou alguns toureiros-figuras. Falamos de homens Espanhóis ou Mexicanos como “Lagartijo”, “Guerrita”, Joselito “el Gallo”, Juan Belmonte, Pepe Luís, “Manolete”, “Armilita”, Gaona, Carlos Arruza, Luís Miguel Dominguín, Rafael Ortega, Domingo Ortega, António Bienvenida, António Ordoñez, Miguel Baez Litri, Júlio Aparício, “El Cordobez”, Santiago Martín “El Viti”, Paco Camino, Diego Puerta, Curro Romero, José Maria Manzanares, Paco Ojeda, “Espartaco”, Miguel Arroyo “Joselito”, Henrique Ponce, “El Juli”, José Tomaz, Morante de La Puebla, José Mari Manzanares (filho) ou Talavante, para citar apenas alguns dos grandes nomes da História da tauromaquia. Cada um foi acrescentando um pouco de arte ao que aprendeu a fazer com os mais velhos. Desde o início se foi estabilizando uma estrutura da lide no toureio a pé assente nos três “tercios”: varas, bandarilhas e morte. No primeiro tercio,

para além da sorte de varas (atualmente proibida em Portugal), através da qual se avaliam e realçam as qualidades do toiro e se tempera o seu génio, o toureio de capote origina “quites” de grande beleza e graciosidade. No segunda tércio cravam-se, em regra, três pares de bandarilhas, por parte dos peões de brega bandarilheiros ou do próprio matador, com vista a que o toiro recupere o galope após o embate com o cavalo de picar. No terceiro e último tércio, o toureio de muleta, dominador e dramático, tem vindo a ganhar importância, com faenas cada vez mais alongadas, diversificadas e realizadas perto dos hastados, que culminam com a estocada final, sorte que em Portugal só se permite em locais que provem que ela constitui uma tradição ininterrupta por mais de 50 anos, segundo a lei que veio substituir, em plena “crise de Barrancos”, a lei aprovada durante a ditadura, em 1926.

Mas outros momentos foram de “rutura”, como o que se diz ter produzido o toureio moderno, por intermédio de Juan Belmonte, que da máxima anterior que ditava que para tourear “o te quitas tu, o te quita el toro”, construiu um novo padrão segundo o qual “no te quitas tu, ni te quita el toro, se sabes torear”, isto é se consegues “parar, mandar e temprar, as três regras básicas da atual tauromaquia. O toureiro deixou de se movimentar para sair da linha da investida do toiro, mantendo-se quieto na execução das sortes (parar), obrigando o toiro a seguir os enganos rodeando a figura vertical do toureiro, mandando na investida manipulando os movimentos dos enganos (capote e muleta) (mandar) e fazendo com que estes acompanhem a velocidade do animal sem lhes tocar, num percurso tão grande quanto possível (temprar).

Uma nova revolução começou a ser esboçada por “Cordobez” e foi cerca de duas décadas depois concretizada por Paco Ojeda, que levou ao limite, que ainda hoje se mantém como objetivo de qualquer faena, a quietude Belmontista na cara do toiro e a ligação entre os passes, segredos incontornáveis do toureio dos nossos dias. Esta aproximação extrema entre o toiro e o toureiro que passou a pisar-lhe os terrenos implicou a criação de um tipo de toiro que o permite, que investe de forma repetida com nobreza e baixando a cabeça, submetendo-se. Restam ainda algumas ganadarias que não alinham por esse padrão, pelo que as “corridas duras” ainda existem, os toureiros especialistas também e tudo porque há público para elas.

Convém deixar um aviso. Independentemente desta evolução, o toureio continuou sempre a ser um jogo de vida e de morte e, com muita frequência, infelizmente, os toureiros sofrem cornadas graves mesmo nas corridas ditas “comerciais”, ou são mesmo mortos pelo toiro, porque este continua bravo e as distâncias são menores.

As transformações na organização da Festa foram também profundas. Não apenas quanto ao modo como se organiza a profissão, tema para o qual não temos aqui espaço. A partir dos anos 60 a relação comercial entre o toureiro (representado pelo seu apoderado, uma espécie de “agente artístico”) e as empresas modificou-se profundamente. Formaram-se grandes empresas quase monopolistas das praças de toiros, que simultaneamente apoderam os seus toureiros, pelo que os carteis se organizam logo no início das temporadas, mais em função de interesses comerciais do que em função do mérito de cada um. Expliquemo-nos: é necessário todo o mérito para se ser apoderado por uma dessas empresas e fazer-se rico do toiro. Mas é muito difícil entrar no circuito, por muito mérito que se tenha. Vale mais o dinheiro posto pelos pais ou admiradores para possibilitar o início de carreira de um jovem aspirante a matador de toiro. Diga-se desde já que o mesmo aconteceu em Portugal com o toureio a cavalo, constituindo os forcados, apesar de algumas exceções, uma espécie de reserva moral da fase dita “romântica” da festa.

Era comum a vinda a Portugal, e especialmente ao Campo Pequeno, de matadores de toiros espanhóis e mexicanos, alguns dos quais, principalmente entre estes últimos, permaneceram temporadas prolongadas no país, toureando em vários lugares e ganhando muito cartel entre a afición portuguesa. Muitos jovens portugueses quiseram

seguir-lhes as pisadas e muitos o conseguiram. Assim, depois de algumas tentativas de outros jovens com ambições grandiosas, Augusto Gomes e Diamantino Viseu apresentam-se em Espanha como novilheiros de sucesso, tomando a alternativa de matadores de toiros, pela ordem inversa, em 1947. Aos dois pioneiros seguem-se muitos outros, sem soluções de continuidade. Muitos deles tornam-se figuras destacadas, como Manuel dos Santos, José Júlio, ou Victor Mendes, as três figuras que ao longo dos anos foram dominadoras do toureio a pé no nosso país, quando rivalizaram respetivamente, entre outros, com Diamantino Viseu e Francisco Mendes o primeiro, com José Trincheira, Armando Soares, Amadeu dos Anjos, José Simões e mais tarde Mário Coelho e o grande José Falcão (toureiro muito profundo e de grande classe, que o toiro Curchareto, de Concha e Sierra, matou na arena de Barcelona em 1974, cortando assim uma carreira promissora, feita de sacrifício e valor), o segundo, e com António de Portugal, Manuel Moreno, Parreirita Cigano, Rui Bento Vasques e, durante pouco tempo, José Luís Gonçalves e Alexandre Pedro o terceiro, que baseou a sua carreira ímpar em Espanha, num período em que em Portugal já escasseavam as oportunidades para a geração de toureiros com mérito como “Procuna”, António João Ferreira e mais recentemente Manuel Dias Gomes, neto do “pioneiro” Augusto Gomes. Em Portugal a competição entre Diamantino Viseu e Manuel dos Santos despertou paixões e um enorme interesse no público e o toureio a pé, durante anos, ocupou um lugar cimeiro na chamada “Tourada à Portuguesa”, título já consolidado desde 1940 e sob o qual cabiam os espetáculos que incluíam toureio a cavalo, pegas e toureio a pé. Viveu-se assim uma época forte para o toureio a pé em Portugal, apesar da limitação da proibição dos toiros de morte – com várias violações da lei a ocorrerem em atos isolados de toureiros ou nas corridas integrais realizadas em Vila Franca de Xira em 1976 e 1977 – que durou até aos anos oitenta. A partir daí a presença de toureiros portugueses nas nossas arenas decresceu, empobrecendo um espetáculo cuja grande riqueza estava na diversidade das modalidades de toureio praticadas. O número de matadores de toiros portugueses, pese embora a proibição dos toiros de morte imposta pela ditadura em 1926, foi assim crescendo, tendo atingido o número total de quarenta.

O toureio a cavalo também evoluiu, desde os tempos em que se confrontavam o estilo barroco dos “Marialvas” do século XIX, representados por João de Menezes, Conde de Vimioso, com o estilo mais “frontal” de Fernando Oliveira (uma das vítimas do toureio a cavalo em Portugal). Vitorino Froes Joaquim Alves, Joaquim Casimiro, Manuel Casimiro de Almeida, Mateus Falcão, Rui da Câmara, Rufino Pedro da Costa, entre outros, são nomes que se realçaram nessa época.

Foi porém com João Branco Núncio, considerado ainda por muitos o melhor cavaleiro tauromáquico de todos os tempos, que se deu uma revolução equivalente à que Belmonte operou em Espanha. Senhor de uma equitação e de um conhecimento dos toiros ímpar, João Branco Núncio afirmou-se perante o público e ganhou a força suficiente para impor os toiros “puros” (isto é, que só são lidados uma única vez, embora alguns autores associem a pureza também ao facto de nunca ter conhecido fêmea), o que permitiu a execução do toureio moderno, mais dominador, menos turbulento, com lides precisas e mais frontal, principalmente na cravagem dos ferros – os compridos, os curtos e, quando se justificam, os “de adorno”, três sortes em que se divide uma lide comum a cavalo – que foi até recentemente o critério de qualidade para aferir o mérito das lides e a posição de cada cavaleiro na escala hierárquica do reconhecimento do público. Por isso, com os “ferros à Batista”, José Mestre Batista sucedeu a João Branco Núncio como figura máxima do toureio a cavalo, que encontrou uma nova “figura de época” em João Moura, inovador quanto à lide, com a introdução dos câmbios e recortes e dos alardes de doma nos adornos em vez do clássico toureio frontal.

Tal como no toureio a pé, as figuras máximas do toureio equestre foram-no porque se impuseram, perante o público e perante outros ginetes de grande mérito, ainda quando com eles rivalizaram em parselhas que apaixonaram o público e os partidários de cada uma das figuras, de que o exemplo mais completo foi formado por João Branco Núncio e Simão da Veiga Júnior, numa altura em que cavaleiros como Francisco Mascarenhas também pontuavam para a história da tauromaquia. A fase que se seguiu foi de grande lustro, com Mestre Batista a rivalizar com Samuel Lupi (o primeiro cavaleiro de importância em Espanha), Pedro Louceiro (que levou a arte de Marialva para o México), Manuel Conde, Alfredo Conde, José Maldonado Cortes, David Ribeiro Telles, Luís Miguel da Veiga, Emídio Pinto, Gustavo Zenkl e José João Zoio.

Muitos destes ainda se enfrentaram com o “novo toureio” de João Moura e poucos resistiram ao sentido de espetáculo de diversão que este impôs, trazendo consigo nomes como Manuel Jorge de Oliveira, Joaquim Bastinhas, Paulo Caetano, João Ribeiro Telles, António Ribeiro Telles, Rui Salvador e Luís Rouxinol. Enquanto os cavaleiros das gerações anteriores possuíam quase todos uma extração social oriunda do latifúndio, com a nova fazem entrada no campo filhos de industriais – nomeadamente da construção civil – que investem na Festa de Toiros como modo de adquirir, na segunda geração, o prestígio social que o dinheiro ganha, só por si, não garantia. Também no toureio a cavalo, começaram a mudar as regras para o acesso à profissão, com o capital a sobrepor-se ao mérito ou, pelo menos, a impedir que quem possui esse mérito, mas não dinheiro, possa ter sucesso, numa atividade dispendiosa e que exige investimentos avultados.

A nova geração de cavaleiros tem hoje, são, na esmagadora maioria, familiares de outros cavaleiros, fechando assim o campo numa lógica de reprodução social, tão curiosa quanto é verdade que ao fechamento no recrutamento se alia uma abertura, se não mesmo contaminação total, pelas modas oriundas do país vizinho no que respeito aos padrões de lide e toureio a cavalo.

Temos, em suma, uma história do toureio profissional baseado na imposição de padrões estéticos e éticos, as regras do toureio tanto a pé como a cavalo, que num caso e noutro foram ao longo dos séculos evoluindo em função da relação entre ortodoxos e rebeldes, continuadores e inovadores, sucessores e pretendentes rivais pela dominação no campo tauromáquico, isto é, pela imposição da forma de interpretar o toureio, em cada momento, pelas figuras dominantes desse campo, aqueles que conseguem maior apoio do público e reconhecimento dos pares.

Unidade e diversidade das manifestações tauromáquicas portuguesas

A Festa de Toiros, mesmo considerando apenas o território relativamente pequeno de Portugal, recobre, como vimos, uma grande diversidade de formas e de significados. Mas a uni-la possui um núcleo central de valores comuns, mais ou menos transversais a todos os tempos, isto é, estruturais e estáveis.

Esses valores relevam quase sempre da admiração pelo toiro bravo, das qualidades que o homem projeta nele e com as quais se identifica, exaltando em particular a capacidade de o enfrentar e vencer. Referimos apenas alguns dos que nos parecem decisivos.

Desde logo o respeito pela liberdade e pela diversidade de opiniões. A tauromaquia comporta como elemento estrutural da sua lógica a ideia de que existem diferentes maneiras de sentir o toureio, de o interpretar, de o praticar. Adere-se a um ou a outro, ou a vários ao mesmo tempo, fazendo-se escolhas e opções divergentes em relação a quem possui pontos de vista diversos. Mas essas opiniões são respeitadas e o mais

comum é que, por exemplo, os aficionados que preferem um toureiro, ou uma ganadaria, a outros, aplauda esses outros se o seu desempenho for melhor numa qualquer corrida. A liberdade e a diversidade são direitos inalienáveis e cimeiros na cultura tauromáquica. Além disso, cada terra tem a sua própria sensibilidade taurina, não apenas devido às tauromaquias populares, mas ao modo de sentir a Festa na sua praça de toiros. O ambiente da cultura tauromáquica é o da democracia, nomeadamente da democracia cultural, na medida em que ela representa o paradigma de uma cultura popular que resiste à dominação e uniformização cultural promovida pela cultura de massas, resistindo na afirmação da sua própria leitura do mundo.

Uma leitura do mundo apaixonada, entendida a paixão como a identificação total, radical, até à morte, com um objeto significativo. O toiro é visto pelos aficionados como o primeiro apaixonado na Festa, que se entrega com paixão ao combate que o seu temperamento genético determina. Nos homens a paixão é o catalisador que leva ao limite outros sentimentos, como o amor e o ódio. O ódio está excluído da cultura tauromáquica. O próprio toiro é um cúmplice admirado, objeto de uma paixão vivida como amor.

Uma leitura do mundo, ainda, assente numa dualidade que os filósofos associam à natureza do espírito humano. Por um lado, o mundo é visto como “Verdade”, traduzida no respeito pelas regras do jogo com o toiro (regras essas que podem variar de modalidade para modalidade e também ao longo do tempo), feitas de acordo com a geometria apolínea, a imposição da inteligência à força bruta, de equilíbrio e racionalidade. Por outro lado, o termo “Sorte” é omnipresente na cultura tauromáquica. Tudo o que se faz com o toiro tem a designação genérica de “sorte” e sorte é o que o público deseja para os toureiros e estes desejam uns aos outros. Esse é o outro lado da vida, o dos sentidos, dos excessos, do imponderável, do acaso, do instintivo, do dionisíaco.

Com estes ingredientes, a cultura tauromáquica constitui, se quisermos, uma linguagem sobre a vida e a morte. Que ao contrário da moderna cultura de massas não nega a segunda, e a racionaliza no lado profano da sua linguagem, exaltando porém a alegria da vida plenamente vivida, com entrega radical a um animal quase sagrado e àquilo que se consegue fazer com ele, que traz o perigo nos cornos, no seu lado mais religioso.

O que se consegue fazer com o toiro resulta da valorização de outro par de contrários compatibilizados na tauromaquia: o mérito individual, que distingue e hierarquiza os protagonistas, e a solidariedade e amizade que os une. Solidariedade desde logo entre os homens face à natureza que o toiro representa, mas também para com outros homens e causas que beneficiam de vários modos da cultura tauromáquica. Amizade, particularmente presente nos grupos de forçados amadores, que se forja na experiência do enfrentamento conjunto do perigo de morte.

A tauromaquia constitui, na perspetiva dos adeptos, uma reserva moral e ética. A bravura, qualidade principal pela qual o toiro é apreciado, entendida como capacidade de continuar a combater mesmo quando todas as circunstâncias são adversas e até à última gota de energia, é uma qualidade requerida nos mais diversos contextos de vida e de trabalho, e que a tauromaquia exalta. Bem como a coragem e o arrojo, a capacidade de enfrentar o perigo não de forma inconsciente e temerária, mas consciente do perigo e com capacidade para superar o medo. Com galhardia e “verguenza torera”, valores éticos que ensinam a cumprir com rigor os códigos ontológicos das profissões taurinas.

Os valores ecológicos, tão importantes num mundo global que se arrisca a sofrer calamidades de proporções e consequências incalculáveis, encontram na tauromaquia uma expressão exemplar. Exemplo de respeito pela natureza e pelo convívio entre o homem e a Terra de forma equilibrada e sustentável. Se há no mundo um paradigma

de atividade social, cultural e económica em que a harmonia com a natureza é quase perfeita, então esse paradigma é a tauromaquia. Por um lado, porque não impõe a recusa da rentabilidade económica à conservação da natureza, como fazem outras políticas – não criticáveis, mas menos eficientes – de preservação das espécies e do ambiente. Por outro lado, porque ao trazer o campo à cidade (só há tauromaquia quando o toiro sai do seu ambiente natural e entra na urbe, o ambiente humano por excelência), a tauromaquia constrói uma ponte onde a cultura de massas e os radicalismos animalistas, cada um à sua maneira, operam clivagens e ruturas.

Como dissemos, se a Festa de Toiros se constrói sobre os pilares dos valores comuns, ela comporta também diversidade e, até oposições. Por exemplo, oposições entre modalidades, entre estilos e, principalmente, entre as tauromaquias populares e as tauromaquias profissionais. É certo que umas não podem existir sem as outras, mas também é certo que apenas percebendo o que cada uma nos traz podemos perceber plenamente como se complementam.

Neste sentido, embora fazendo parte do mesmo universo cultural e do mesmo sistema social, alimentando-se mutuamente (o que não obsta a que, muitas vezes, sustentados numa tese ingénuo de tipo evolucionista sobre a Festa de Toiros, muitos agentes profissionais da “tauromaquia de tricórnio e montera” julguem ser esta uma forma culturalmente superior dos rituais taurinos, não hesitando mesmo em demarcar-se das tauromaquias de rua, vistas como menos evoluídas e sofisticadas) as tauromaquias institucionais e as tauromaquias populares obedecem, na verdade, a dois modelos distintos.

O princípio fundador principal das tauromaquias populares é o espírito dionisíaco, as emoções primárias e efusivas, predomínio da desordem organizada e da igualdade entre os homens. Já o princípio fundador principal das tauromaquias institucionais é o espírito apolíneo, o predomínio da razão e do equilíbrio geométrico, a natureza hierarquizada e desigual das comunidades humanas. O ambos os campos se encontram elementos dos dois princípios, mas a dominância distingue-os.

Nas tauromaquias populares a função reguladora é exercida pelo povo ou pelos seus representantes diretos, ao passo que nos espetáculos tauromáquicos o Estado exerce o seu poder através da lei e dos agentes encarregues de a aplicar, os delegados técnicos tauromáquicos e a polícia.

As regras do ritual são ditadas pela tradição local no caso das tauromaquias de rua, ao passo que as touradas formais obedecem a uma codificação de procedimentos plasmada em Regulamentos legais.

Os protagonistas das corridas formais são profissionais especializados, organizados de forma hierárquica e assente numa estrita divisão social do trabalho de lidar toiros. Já nos rituais populares o protagonista é o povo, mesmo que alguns dos seus elementos, particularmente preparados, mas agindo como amadores, se possam destacar pelo modo como enfrentam, brincam ou correm os toiros.

O espaço da festa nas tauromaquias institucionais são recintos fechados, especializados e com funcionalidades regulamentadas pela lei e fiscalizadas pelo Estado. Nas tauromaquias populares o espaço da Festa é a rua, o espaço público mais ou menos adaptado.

Nas corridas de toiros o animal pertence ao ganadero e depois aos toureiros. Nas tauromaquias populares o toiro é do povo.

A Festa muda, no caso das tauromaquias institucionais, em função da evolução estética, dos gostos do público, das disputas pelo estatuto profissional e pela dominação no campo. O motor de mudança das tauromaquias populares é o

desenvolvimento social e económico, que impõe alterações na tradição, que nunca é o que era.

Por fim, no fundo, a tauromaquia institucional remete para um nível da identidade cultural, a identidade nacional ou regional (sendo o Campo Pequeno o seu maior símbolo), enquanto as tauromaquias populares remetem para o âmbito das identidades locais. Duas formas principais, e incontornáveis, de estruturação das sociedades modernas.

Bibliografia

Calvo, Henrique Gil (1989). *Función de Toros. Una interpretación funcionalista de las corridas*. Madrid: Espasa-Calpe.

Capucha, Luís (1990). O caos na ordem urbana: cultura popular e vivências coletivas em Vila Franca de Xira. *Colóquio Viver (n)a Cidade – Comunicações*. Lisboa: LNEC/CET, pp. 59-64.

Capucha, Luís (1994/1995). O espelho quebrado: *versus e reversus* nas tauromaquias populares. *Mediterrâneo (Tauromaquias Populares e Outros Estudos)*, 5/6, pp. 33-56.

Capucha, Luís (1999). Histórias da Tauromaquia em Portugal. Annie Molinié-Bertrand, Jean-Paul Duviols e Araceli Guillaume-Alonso, *Des Taureaux et des Hommes*. Paris : Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, pp. 135-148.

Capucha, Luís (2002). Barrancos na ribalta, ou a metáfora de um país em mudança. *Sociologia, problemas e práticas*. 39, pp. 9-38.

Conrad, Jack Randolph (1959). *The horn and the sword. The History of the bull as symbol of power and fertility*. London: Macgibbon & Kee.

Elias, Norbert (1987). *El Proceso de Civilización. Investigaciones Sociogenéticas y Psicogenéticas*. Madrid: Fundo de Cultura Económica.

Maudet, Jean-Baptiste (2010). *Terres de Taureaux. Les jeux taurins de l'Europe à l'Amérique*. Madrid : Casa de Velázquez.

Merelim, Pero de (1986). *Tauromaquia Terceirense*. Angra do Heroísmo: Delegação de Turismo de Angra do Heroísmo.

Miranda, Ángel Álvarez de (1998). *Ritos y juegos del toro.*, Madrid: Editorial Biblioteca Nueva.

Morais, António Manuel (1994/1995). A corrida à corda. Tradição centenária. *Mediterrâneo (Tauromaquias Populares e Outros Estudos)*, 5/6, pp. 57-64.

Patana, Zé Manel (2013). *Lageosa da Raia e as suas capeias. Muitos anos de histórias e emoções*. Castelo Branco: RVJ Editores.

Saumade, Frédéric (1998). *Les Tauromachies Européennes. La forme et l'histoire, une approche anthropologique*. Paris : Éditions do C.T.H.S.

Solís, Pedro Romero de (1995). La dimensión sacrificial de la Tauromaquia Popular. *Information sur les Sciences Sociales*. Paris: Maison des Sciences de l'Homme et École Pratique des Hautes Études.

Tavares, Adérito (1985). *A Capeia Arraiana*. Lisboa: Edição do Autor.

<http://festabravanoribatejo.blogspot.pt/>

<http://touradascorda.ilhaterceira.net/>;

<http://ilhagradosa.blogspot.pt/>;

https://facebook.com/mark.marques.98/photos_albums;

<https://www.facebook.com/touradasilhasajorge?fref=nf>.